



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0048466-67.2006.8.17.0001 (329084-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE
PROCURADOR : GUSTAVO JOSÉ REIS CARVALHO
AGRAVADO : EVANDO DE SOUZA LEITE JUNIOR
ADVOGADO : MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. MORA IMPUTÁVEL À FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.

I - Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

II - Se, entre a data da distribuição eletrônica e do efetivo envio do processo físico à Vara competente, for observado o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 174 do CTN, sem que haja, durante este interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, deve-se reconhecer a prescrição do crédito tributário reclamado.

III - Nas execuções fiscais, ocorrida a prescrição antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de anterior oitiva da Fazenda Pública, nem mesmo de arquivamento prévio dos autos, tratados no art. 40, da Lei 6.830/80.

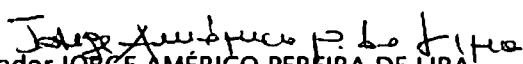
IV - Sendo a mora na citação do executado imputável à Fazenda exequente, não há falar em incidência da Súmula 106 do STJ.

V - Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 1º de JULHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0048466-67.2006.8.17.0001 (329084-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE
PROCURADOR : GUSTAVO JOSÉ REIS CARVALHO
AGRAVADO : EVANDO DE SOUZA LEITE JUNIOR
ADVOGADO : MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Legal interposto pelo MUNICÍPIO DO RECIFE em face de EVANDO DE SOUZA LEITE JUNIOR, cujo objetivo consiste na reforma da decisão proferida às fls. 70/72.

2. O Magistrado de piso, nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº 0048466-67.2006.8.17.0001, reconheceu a prescrição do crédito tributário exequendo, relativo a IPTU e Taxas Imobiliárias apurados nos exercícios de 1997, 1998 e 1999.

3. Irresignado, o Município do Recife apresentou Apelo voluntário, que teve seu seguimento negado por decisão monocrática, proferida com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.

4. Em consequência, a Municipalidade ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta col. Corte de Justiça.

Em síntese, sustenta o Município Agravante a inexistência, na espécie, de prescrição do crédito reclamado, uma vez que: *i)* o despacho inicial, determinando a citação do executado, interrompe o prazo prescricional; e *ii)* após provocado, cabe ao Poder Judiciário - dentro de suas possibilidades - o cumprimento do impulso processual (art. 262, do CPC c/c Súmula nº 106 do STJ).

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 1º de JULHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



94

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0048466-67.2006.8.17.0001 (329084-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE
PROCURADOR : GUSTAVO JOSÉ REIS CARVALHO
AGRAVADO : EVANDO DE SOUZA LEITE JUNIOR
ADVOGADO : MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. MORA IMPUTÁVEL À FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.

I - Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

II - Se, entre a data da distribuição eletrônica e do efetivo envio do processo físico à Vara competente, for observado o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 174 do CTN, sem que haja, durante este interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, deve-se reconhecer a prescrição do crédito tributário reclamado.

III - Nas execuções fiscais, ocorrida a prescrição antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de anterior oitiva da Fazenda Pública, nem mesmo de arquivamento prévio dos autos, tratados no art. 40, da Lei 6.830/80.

IV - Sendo a mora na citação do executado imputável à Fazenda exequente, não há falar em incidência da Súmula 106 do STJ.

V - Agravo Legal desprovido.

Vistos e examinados etc.

1. Não obstante os argumentos coligidos pelo Município Agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta encontra-se em plena consonância com a remansosa jurisprudência desta col. Corte de Justiça Estadual.

2. Registre-se, de início, que o crédito tributário, *in casu*, foi constituído, através de lançamento de ofício, nos exercícios de 1997, 1998 e 1999, e a ação executiva iniciada virtualmente no ano de 2000.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

100
W

3. Ocorre que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exequente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

4. Na espécie, verifica-se que, apesar de distribuído em 2000, a Fazenda Municipal apenas enviou fisicamente o feito executivo em 2005 (cf. certidão de fl. 44).

Não havendo neste interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, quando de posse dos autos na forma virtual, sendo evidente sua desídia em ver seu crédito tributário satisfeito.

5. Neste caso, em que a prescrição em verdade ocorreu antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

Neste sentido, tenho por aplicável, por identidade de fundamento, o seguinte precedente do STJ:

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. VIABILIDADE.

1. Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício, com base no art. 219, § 5º do CPC (redação da Lei 11.051/04), independentemente da prévia ouvida da Fazenda Pública. O regime do § 4º do art. 40 da Lei 6.830/80, que exige essa providência prévia, somente se aplica às hipóteses de prescrição intercorrente nele indicadas. Precedentes de ambas as Turmas da 1ª Seção.

2. Recurso especial desprovido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.

(STJ, REsp 1.100.156/RJ, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 18.06.2009).

Ademais, esta col. Corte de Justiça Estadual também tem encartado o mesmo posicionamento, consoante o julgamento da Apelação Cível n. 0269323-6, de relatoria do e. Des. Francisco Bandeira de Mello.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

6. Deveras, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor.

Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ na prática levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor.

Neste caso, como visto, a demora para com a citação é imputável ao credor exequente. Logo, impende concluir que o prazo prescricional continuou a fluir, à conta do exequente, até a materialização dos autos, em 2008, quando já se havia ultimado a prescrição do crédito tributário objeto desta execução.

7. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 1º de JULHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator